DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Fundo Ditadura em Santa Catarina

Acervo produzido pela Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright

IDENTIFICAÇÃO DO FUNDO

CÓDIGO DE REFERÊNCIA
BR SCIDCH DT

DATAS DE ABRANGÊNCIA
2012–2016 (produção)

PRODUTOR DO ACERVO

Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright (CEV-SC), foi instituída pela LEI Nº 16.183, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013, com a finalidade de auxiliar a Comissão Nacional, que tinha como objetivo examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. O nome da Comissão presta homenagem a PAULO STUART WRIGHT, deputado estadual cassado e desaparecido durante o regime militar de 1964. A CEV-SC foi extinta após a publicação do relatório circunstanciado

HISTÓRICO E PROVENIÊNCIA

O acervo Ditadura em Santa Catarina foi doado ao Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas da FAED/UDESC pelo Coletivo Catarinense Memória, Verdade, Justiça.

Origem: Doação do Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça
Data de aquisição: 2016

CONTEÚDO DOCUMENTAL

Relatórios de Atividades da Comissão Estadual da Verdade; Fichas de Depoentes; Depoimentos; Dossiês de investigação de mortos e desaparecidos; Processos de denúncias sobre maus tratos; Audiências Públicas; Recortes de Jornais sobre o período da ditadura; Documentários e Filmes sobre o período da ditadura; Reuniões Públicas e Assembleias; Atas; Correspondências; Termos, Acordos e Contratos; Decretos, Leis e Resoluções; Banners, Cartazes, Fotografias, Folders e Convite.

ORGANIZAÇÃO DO FUNDO

O fundo está organizado em cinco séries: Administrativo; Apuração dos casos de violação de direitos humanos realizados no período da Ditadura Militar; Esclarecimento dos fatos e circunstância de casos graves de violação de direitos humanos; Identificação e Publicização das práticas de violação de direitos humanos; Reconstrução da História. Estágio de tratamento técnico: organizado e descrito parcialmente.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Restrito. Razões legais/judiciais

Restrito. Documento(s) com informação(ões) pessoal(is)

Documentação audiovisual acessíveis sem restrição. Necessário fone de ouvido.

CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO

O serviço de reprodução das obras custodiadas pelo IDCH é feito através de cópia digital, fotografia ou filmagem; Fotocópias não são permitidas em nenhum caso, visando a preservação dos originais; São observadas restrições impostas pela Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998); As obras são previamente avaliadas quanto ao seu estado de conservação para fins de consulta ou reprodução de qualquer natureza; Caso a obra solicitada já esteja disponível em formato digital, o acesso ao original só será permitido mediante autorização especial; Os equipamentos fotográficos não serão fornecidos pelo IDCH, sendo de responsabilidade do próprio usuário; Não é permitido o uso de luz direta (flashs, spots, etc); Para reprodução a ser realizada pelo IDCH, poderá haver um prazo de até cinco (5) dias uteis para entrega do arquivo (a depender do volume de reproduções solicitadas); Os arquivos serão fornecidos sempre em PDF, com reconhecimento de texto (se for o caso), contendo no rodapé da página informação da custodiadora; Para outros formatos de arquivos, será necessário consultar o IDCH previamente sobre a possibilidade.

IDIOMAS

Português-BR, Inglês

INSTRUMENTOS DE PESQUISA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas. Fundo Ditadura Militar em Santa Catarina: inventário analítico. Florianópolis: IDCH, 2016.

FONTES RELACIONADAS

Inventário.

NOTAS SOBRE CONSERVAÇÃO

Documentos em bom estado de conservação.

NORMAS DE DESCRIÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Nobrade: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

PONTOS DE ACESSO

Assunto: Ditadura e ditadores
Assunto geográfico: Santa Catarina